

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

26/05/2026

Sumário

1. TCE-GO discute políticas de segurança no trânsito
2. Detran pagou R$ 1,5 milhão a empresa que deixou pátio vazio
3. Igreja em Goiás distribui água ‘purificadora’ em culto com copos de estatal

A REDAÇÃO - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
25/05/2026 19:45

TCE-GO discute políticas de segurança no trânsito

Visualizar notícia

Fonte original

A Redação

Goiânia – No encerramento do mês dedicado à conscientização sobre a violência no trânsito, o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) traz uma abordagem diferenciada e focada na gestão pública. Nesta quinta-feira (28/mai), a instituição sediará o Diálogo Público Maio Amarelo: governança e efetividade das políticas de segurança no trânsito em Goiás.

O evento será realizado na Sala Selva Cavalcanti, na sede da instituição, no setor Jaó, com painéis de discussão voltados a gestores públicos. A abertura dos trabalhos será conduzida pelo conselheiro Saulo Mesquita, às 8h30, dando início a uma manhã de debates entre especialistas das áreas de segurança pública, saúde e transportes.

Às 9h, o médico ortopedista e traumatologista e tenente-coronel do Corpo de Bombeiros Militar (CBM-GO), Saul Ezrom de Miranda Xavier, vai apresentar sua experiência no atendimento às vítimas de acidentes de trânsito, perfil das ocorrências e importância da prevenção e da atuação integrada entre as instituições.

Na sequência, terá início o Painel 1: Governança, Integração Institucional e Compartilhamento e Uso de Dados, que será dividido em dois momentos. No primeiro, o gerente de Educação de Trânsito do Detran-GO, Horácio Ferreira Martins, vai abordar o “Panorama Estatístico e as Tendências dos Sinistros em Goiás”. Já Poliana de Sousa Leite, doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB) e professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), vai falar sobre “Integração, Compartilhamento e Uso de Dados para Políticas Baseadas em Evidências”. A mediação será do conselheiro Saulo Mesquita.

O Painel 2: Panorama da Segurança no Trânsito em Goiás encerra a programação. A partir de dados operacionais e epidemiológicos, os convidados vão debater o perfil das vítimas, os fatores de risco e os impactos sociais e de saúde causados pelos acidentes. Participarão o superintendente integrado de Tecnologias em Segurança Pública da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP-GO), coronel Sebastião Nolasco Ribeiro, e a coordenadora de Vigilância de Violências e Acidentes da Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO), Maria de Fátima Rodrigues. A mediação será da secretária de Controle Externo do TCE-GO, Ana Paula Rocha.

Confira a programação do Diálogo Público Maio Amarelo:
8h00 – Café de boas-vindas
8h30 – Abertura: conselheiro Saulo Mesquita (TCE-GO)
9h – Fala inicial: Ten. Cel. Saul Ezrom de Miranda Xavier, médico ortopedista e traumatologista (CBM-GO)
9h30 – Painel 1: Governança, Integração Institucional e Compartilhamento e Uso de Dados
– Horácio Ferreira Martins , gerente de Educação de Trânsito (Detran-GO)
– Poliana de Sousa Leite, docente de Engenharia de Transportes (UFG)
– Mediação: conselheiro Saulo Mesquita (TCE-GO)
10h45 – Painel 2: Panorama da Segurança no Trânsito em Goiás
– Cel. Sebastião Nolasco Ribeiro, superintendente integrado de Tecnologias em Segurança Pública (SSP-GO)
– Maria de Fátima Rodrigues, coordenadora de Vigilância de Violências e Acidentes (SES-GO)
– Mediação: Ana Paula Rocha, secretária de Controle Externo (TCE-GO)

SERVIÇO
Diálogo Público Maio Amarelo: governança e efetividade das políticas de segurança no trânsito em Goiás
Local: Sala Selva Cavalcanti, TCE-GO, Setor Jaó
Data: 5ª feira (28/mai)
Horário: das 8h às 12h

O POPULAR - GO • impresso • tce-go
26/05/2026 03:00

Detran pagou R$ 1,5 milhão a empresa que deixou pátio vazio

Visualizar notícia


DETRAN

Empresa recebe, mas mantém pátio vazio P13

Divulgação



Pátio esvaziado do Detran em Caldas Novas: órgão afirma que abriu procedimentos internos para apurar os fatos apontados

Detran pagou R$ 1,5 milhão a empresa que deixou pátio vazio

VEÍCULOS APREENDIDOS Concorrente contesta pagamento equivalente a 35% de contrato anual; carros foram transferidos e serviço foi prestado, diz defesa

Elisama Ximenes
elisama.ximenes@opopular.com.br

Em março deste ano, a empresa MC Leilão Park e Serviços recebeu R$ 1,5 milhão do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) para fazer a remoção e armazenamento de veículos apreendidos em pátios que administra para o órgão nas regiões Sul e Sudeste de Goiás. No entanto, em maio o pátio localizado em Caldas Novas foi encontrado vazio. A Sancar Leilões, que disputou o mesmo pregão eletrônico, questiona o pagamento, que corresponde a cerca de 35% do valor anual da estadia dos carros e motos na região.

O pagamento foi autorizado no dia 17 de março de 2026, referente a serviços prestados na estadia de carros em fevereiro. No mesmo despacho, a MC Leilão também recebeu R$ 14 mil pelo serviço de guincho, ou seja, um valor 104 vezes menor do que o que foi cobrado pela guarda dos veículos. "Na prática, é muito suspeito e incompatível com o funcionamento normal do serviço, porque não faz sentido uma empresa guardar milhares de carros se ela não os buscou nas ruas primeiro", afirma o advogado Alexandre Lourenço, que atua na defesa da Sancar.

A MC Leilão conquistou a Região 3 no Pregão Eletrônico nº 12/2025, iniciado em agosto do ano passado. Ela abrange Caldas Novas e cidades que estão no Sul e Sudeste do Estado de Goiás. O valor total do contrato é de R$ 5.494.410,02, dos quais R$ 4.297.412,08 são estimados para a estadia dos veículos por 12 meses.

O primeiro mês de vigência foi em fevereiro, quando a contratada recebeu quase 30% do total anual. "Como é que eles me pagam quase metade do contrato por dois meses de execução do contrato? A conta não fecha. Não tem esse número de veículos apreendidos em Caldas Novas, nunca houve", questionou Alexandre.

A empresa também já tinha vigente um contrato com o Detran, firmado em 2022, para a gestão de pátios na Região Metropolitana de Goiânia. No mesmo dia 17 de março, o órgão autorizou o pagamento de R$ 807.099,51 à empresa pelos serviços prestados em fevereiro na região. Isso significa que, em um mês, a leiloeira recebeu cerca de R$ 2,3 milhões do Estado, considerando os valores pagos pelos dois contratos. Outro ponto criticado pela concorrente é que, no contrato de 2022, o valor da diária era de R$ 4 e, no novo contrato, o valor saltou para quase R$ 35. Isso significa que, se a quantidade de dias cobrados no contrato novo fosse calculada usando o preço do contrato antigo, o custo seria de R$ 174 mil, e não R$ 1,5 milhão.

R$ 14 mil

foi o que a MC Leilão recebeu pelo serviço de guincho, 104 vezes menos do que o cobrado pela guarda dos veículos

OUTRO LADO

Ao POPULAR, Márcia Cardellicchio, leiloeira da MC Leilões, disse que a empresa participou regularmente do processo licitatório promovido pelo Detran. Ela disse que os pagamentos recebidos seguem critérios contratuais e que o fato de o pátio de Caldas Novas aparecer vazio não significa que o serviço não estava sendo prestado.

Márcia afirma que foi a própria empresa que realizou uma operação de "esvaziamento de pátios", retirando veículos que já estavam havia mais de 60 dias parados nas unidades da região para encaminhá-los ao pátio de leilão em Senador Canedo, conforme prevê o procedimento do Detran.

Ela afirmou que o esvaziamento ocorreu não apenas em Caldas Novas, mas também em outras cidades da região, atendendo pedidos dos próprios comandos policiais para liberar espaço nos batalhões e pátios. "Nós fizemos o esvaziamento de todos os pátios. Isso pode ser conferido", disse. Segundo Márcia, mesmo com a retirada dos veículos, a empresa continuou responsável pela guarda e custódia desses automóveis até a realização dos leilões, motivo pelo qual continuaria recebendo pelas diárias previstas em contrato.

O POPULAR obteve imagens do pátio de Caldas Novas vazio e sem marcas de utilização. Márcia alega, no entanto, que a negociação do espaço começou ainda em 2025. Ela diz que em janeiro a empresa já havia recebido as chaves do imóvel e iniciou adaptações no local, como limpeza, instalação de concertina, adequações estruturais, religação de água e energia e compra de um gerador, porque o espaço estava sem energia elétrica. Nas imagens obtidas pela reportagem, de maio, inclusive, a falta de energia é confirmada.

Ela também diz que o pátio já estava em funcionamento antes mesmo da formalização definitiva do contrato de locação. A leiloeira afirma que o endereço foi informado ao Detran e aos comandos policiais da região para continuidade do recolhimento de veículos e que o local passou a operar normalmente entre janeiro e fevereiro.

Segundo Márcia, o contrato formal de locação só foi assinado depois, em abril, com a filha do proprietário, que teria se tornado inventariante após a morte dele. Ela, no entanto, não mostrou esses documentos para a reportagem, mas disse que está tudo sob os cuidados do próprio Detran.

Em nota, o Detran afirmou que o processo licitatório vem sendo alvo de recursos, impugnações e questionamentos administrativos apresentados pelas empresas participantes, todos analisados pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão.

O Detran também disse ter solicitado esclarecimentos técnicos e administrativos relacionados à licitação e à execução contratual com a MC Leilões. O órgão afirma que abriu procedimentos internos para apurar os fatos apontados. Segundo a instituição, as denúncias seguem em análise administrativa. O Detran não respondeu especificamente aos questionamentos sobre os valores pagos e a operação do pátio em fevereiro.

Sancar ainda não conseguiu assumir serviço

A empresa Sancar, que questiona o contrato com a MC Leilões, venceu a concorrência pelas regiões 1, 2 e 4 do Pregão Eletrônico nº 12/2025 do Detran, mas ainda aguarda a formalização dos contratos para iniciar a operação dos serviços de guincho e guarda de veículos. A contratação está travada depois que seus lances foram questionados administrativa e judicialmente.

Durante o pregão, a Sancar apresentou lance com desconto de 50%. Os concorrentes alegaram que esse valor seria inexequível, ou seja, baixo demais para executar o serviço. O Detran então pediu documentos contábeis para comprovar que a Sancar conseguiria cumprir o contrato. A empresa apresentou a documentação, mas acabou desclassificada inicialmente.

A Sancar recorreu à Justiça e conseguiu decisões favoráveis para voltar ao certame. A MC Leilões, por sua vez, acionou o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), pedindo a suspensão dos lotes vencidos pela Sancar. O TCE chegou a conceder uma cautelar suspendendo temporariamente os lotes 1, 2 e 4, mas depois revogou essa decisão após análise técnica e liberou a continuidade da licitação.

"Após a oitiva dos interessados, em observância ao contraditório, e com fundamento na análise da unidade técnica responsável, o Conselheiro Saulo Mesquita revogou a medida cautelar anteriormente concedida, permitindo a continuidade do trâmite administrativo voltado à contratação", disse o TCE, em nota.

Ainda assim, a Sancar não conseguiu assinar contrato com o Detran. O órgão alegou que precisa reavaliar questões orçamentárias e financeiras do contrato. A empresa argumenta que essa análise já deveria ter sido feita antes da licitação e diz que aguarda apenas a homologação e assinatura para começar a operar.

"Eles estão negligenciando um documento que está juntado no início do processo licitatório, chamado documento de adequação orçamentária e financeira, onde já constam a dotação orçamentária, a reserva do orçamento e todo o estudo para recepção do contrato", afirmou o advogado da Sancar, Alexandre Lourenço.

Em nota, o Detran disse que o TCE-GO reconheceu a autonomia do órgão para decidir sobre o tema dentro de suas competências legais. O pregão eletrônico, como um todo, envolve quatro regiões, e possui valor global estimado de R$ 54,3 milhões. O objetivo é contratar empresas para prestação de serviços de infraestrutura e logística, incluindo guinchos para recolhimento e pátios para guarda de veículos automotores apreendidos.

RÁDIO CBN GOIÂNIA 97,1 FM - GOIÂNIA - GO • radio • tce-go
25/05/2026 03:00

Igreja em Goiás distribui água ‘purificadora’ em culto com copos de estatal

Visualizar notícia

foram propostos na campanha eleitoral e das próprias projetos políticos que elegeram os deputados. Você tem um movimento de oxigenação da máquina pública. Então um número de comissionados, hoje a gente vai dizer que tem que acabar com todos os comissionados. Um número é razoável e pode até ajudar nesse sentido de oxigenação e de melhoria do debate. Mas quando você tem isso é excesso, é o contrário. Primeiro que vira isso vira um monte de cabo eleitoral. Você tentando influenciar e fazendo uma diferença na disputa eleitoral. E também tem uma propensão maior a casos de corrupção, como servidor fantasma, caso de rachadinha, de divisão do salário, que a gente já tinha na Assembleia antes. Também fizemos dezenas de reportagens sobre suspeitas de fantasmas de gente que recebe e não vai trabalhar, que bate ponto e vai embora, ou gente que distribui, que divide o salário com seus chefes. Então isso, se você tem uma ampliação muito gigantesca como houve na Assembleia, a dificuldade de controle de fiscalização fica muito maior. Então você abre um espaço para essa possibilidade também de casos de desvio e de corrupção. Então é algo que a gente volta a insistir aqui, que eu acho que é inadmissível, que deveria haver atuação dos órgãos de controle e que a própria população e o eleitorado deveria rejeitar de uma forma muito intensa. Esse salto que a Assembleia deu em relação a número de comissionais, essa desproporção e até a falta de resultados de retorno para a população em relação a esse tanto de gente contratada. Fabiane, você trouxe uma matéria no sábado no Jornal Popular sobre a Igreja Assembleia de Deus e a palavra da vida de Goiânia, que veio utilizando copos da água da saneágua em uma campanha religiosa. E aí isso mesmo com normas internas da estatal proibindo, o fornecimento do produto para esse tipo de atividade. A direção da Igreja disse que recebeu a água da Redmob Consortium por meio de um funcionário da empresa que frequenta a congregação. Esses copos, Fabi, teriam sobrado aí de uma outra ação do Consortium. Em vez de devolver para a saneágua, eles fizeram essa doação? A versão apresentada tanto pela Igreja como também a saneágua diz que não autorizou o uso dessas águas na Igreja. Assembleia de Deus e palavra da vida até porque as normas internas da saneágua impedem essa utilização. Mas eu acho que nesse caso específico pode até ter sido ali uma outra empresa que recebeu e deu a destinação equivocada, diferente do que está previsto nas normas internas também. A empresa, a entidade, a instituição que recebe a água tem que usar exclusivamente para aquilo que foi autorizado. Mas eu acho que de um modo geral, de início, gera um estreamento muito grande. Eu ouvi pelas redes sociais, vídeos e fotos da Igreja lá fazendo uma consagração de águas no monte e depois distribuindo para os seus fiéis e ver a logomarca da saneágua lá tanto nas caixas como também nos próprios corpos. A saneágua faz assim vazamento de águas que não podem ser vendidas. Essas águas são doadas para atividades, eventos específicos e essas normas internas estabelecem prioridade para os próprios eventos da saneágua, depois prioridade para os eventos do governo estadual, que é o acionista majoritário da saneágua, e depois para as prefeituras que têm o contrato de concessão com a saneágua. Além disso, os outros casos devem ser avaliados conforme relevância para estatal, mas existem essas proibições como para eventos religiosos, eventos político-partidários, eventos que promovam jogos ou discriminação racial e tudo. Então tem uma série de impedimentos lá. Então de cara, gera estranhamento esse fato da Assembleia de Deus estar utilizando porque eles estão fazendo um evento toda quarta-feira por sete semanas com essas águas de ação de água. E aí, especificamente desse caso, eles alegaram isso, que a sessão das águas de adoação tinha sido feita para a RedeMob, o consórcio, que é responsável pela operação do transporte coletivo aqui em Goiás, para fazer uma ação lá no novo Terminal Pado Pelágio. E as águas sobraram e iam vencer. Tem um fiel da igreja que trabalha na empresa, pediu e conseguiu adoação. Nesse caso específico, pode até não ter sido direto da Sanéago, mas eu recebi informações de funcionários lá que têm outros eventos religiosos sendo contemplados com essa adoação. E isso chama atenção, porque eu tenho acompanhado também os patrocínios da Sanéago, que têm aumentado de uma forma muito grande. E isso traz uma alerta para o tamanho de influência política, da atuação de agentes políticos nem estatais. A gente teve aqui, em gestões anteriores, lá em 2013, por exemplo, o Tribunal de Contas do Estado determinou que a Sanéago parasse de bancar shows no estado, fiz reportagens sobre isso na época. Depois, em 2016, teve a operação de cantação da Polícia Federal, que também incluiu investigação sobre contratos de patrocínio. E a gente tem um aumento grande desses patrocínios no ano passado foram cerca de 12 milhões,

que eu chequei no Portal de Transparência da Sanéago, que é o triplo do valor que teve de patrocínio em 2023, e 70% a mais do que em 2024. De 2023 até agora, até o ano passado, foram 24 milhões de patrocínio. Então, acho que isso chama atenção. Além disso, a Sanéago se recusou a informar reportagem à lista dos beneficiários dessas águas. Então, por que recusou? Essa é uma informação pública. A gente tem que ter acesso a esse tipo de informação. Então, acho que chama atenção para isso, e, para de repente, a gente voltar a um cenário de influência política entre esses patrocínios. A gente teve campeonato de futebol, de juízes, teve Apecuária, lá de Jataí, tem encontros jurídicos. Então, acho que vale ter uma lupa e uma alerta em relação a como esse dinheiro está saindo e como essas doações de água também. Pode até parecer uma coisa pequena, lá para a Assembleia de Deus, foram 40 caixas de água, mas você somando tudo isso e conseguindo verificar quantos eventos tiveram acesso a essa água, mais essa questão dos patrocínios, acho que é algo relevante que a gente tem que acompanhar mais de perto sobre esses recursos aí da estatal de saneamento de Goiás. Combinado, Fabi. Boa semana. Até amanhã. Ótima semana, todos. Até amanhã. Tchau, tchau. Obrigada. 9,56. Você ouviu Papo Político com Fabiana Fulcinelli. CBN Goiânia. Na Ricardo Paranhos, o endereço mais charmoso da cidade, a Opus revela o maior ícone de sua história, Alameda Opus, torre única com opções de residências de 251 a 470 metros quadrados, um por andar e sol da manhã. Luz e forma se conectam integralmente pelas esquadrias do piso ao teto e vidro curvo. Inédito em Goiânia, Alameda Opus, arquitetura para ver e viver a Ricardo Paranhos. Exite o decorado no showroom Opus. Festival de utilitários na Vesa Reno. As melhores ofertas para fortalecer ainda mais a sua operação. Reno Master Furcão 2027, com entrada mais 48 parcelas de 3.547 a 59 centavos. Reno Kangoo Advance 2027, com entrada mais 48 parcelas de 2.309 ou taxa zero. Picapiroc Pro 2027, com entrada mais 48 parcelas de 1.658.